

Amesentivos

* SILVA
TELECENTRO

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E RACISMO: COMBATENDO MONSTROS COM ARMA SUAVE

Mirian de Albuquerque Aquino

1. Introdução

É hora de recobrar o senso de realidade. É hora de recobrar a serenidade. Muletas, como as que a ciência oferece, não são necessárias quando é possível andar com nossos próprios pés, em nosso próprio caminho, para sonhar nossos próprios sonhos. Não os sonhos que o desenvolvimento nos emprestou (Sachs, 1992).

Ao cercar o tema proposto como objeto de reflexão nesta Mesa Redonda, pareceu-nos fundamental, inicialmente, relativizar a idéia que concebe as tecnologias da informação como uma espécie de profilaxia capaz de curar todas as mazelas sociais que abrigam, em sua própria essência, conteúdos ideológicos e discriminatórios que precisam ser explicitados a partir do desentranhamento de suas raízes históricas incorporadas numa modalidade de capitalismo anti-civilizatório. É preciso reconhecer que as tecnologias da informação estão mudando todas as atividades dos seres humanos, prenunciando mais uma revolução que, agora, conjuga informática e telemática.

Ao falarmos de revolução, também não podemos esquecer a história do livro e da imprensa como tecnologias que mudaram as relações sociais entre os homens. Diferentemente dos processos anteriores, os novos suportes tecnológicos estão trazendo significativas mudanças para a nossa cultura, estabelecendo novas relações entre emissão e recepção de mensagens e novas formas de produção do conhecimento e poder.

Estamos chegando ao limiar do século XXI, olhando perplexos para um horizonte em que uma nova ordem mundial instaura a realidade virtual das transformações históricas, situando-nos num "planeta híbrido" que engloba várias sociedades, culturas, crenças e hábitos envolvidos numa complexidade do vínculo que, na "era das redes transfronteiriças, une os territórios particulares ao espaço-mundo". Tal perplexidade revela uma nova configuração econômica, global e informacional tecida no âmago de uma revolução que se desloca da metáfora homem-máquina para engendrar um homem-mente que emerge do labirinto das tecnologias de informação.

Essa mecânica de funcionamento da atual dinâmica do capitalismo não mais requer a energia dos braços e das pernas no desenvolvimento das atividades produtivas. A lógica que sempre redundou numa crescente minimização do valor humano, ou seja, no esgotamento físico, moral e intelectual do trabalhador, passa a exigir uma reconfiguração da capacidade humana em sua aguçada sensibilidade para ver, pensar e utilizar as várias funções do cérebro e memória (Aquino, 2000).

É evidente que a globalização marca o final do século rastreando realidades complexas, aproximando distâncias, dimensões de espaços e tempo, e acenando para profundas mudanças que colocam em jogo a transformação do mundo e do homem pelo próprio homem. Essas mudanças inquietantes interferem nas relações sociais, apagam sonhos, memórias, perspectivas de vida e modifica as relações dos homens com outros homens, com seus instrumentos de trabalho e consigo mesmo. Essa nova faceta do capitalismo caracteriza-se por uma ampla desestruturação das organizações sociais, instituições, sistemas políticos, desmobilização dos movimentos sociais e tentativas de luta e resistência.

O corpo da globalização traz de volta alguns monstros que se recusaram a morrer na passagem do anti-semitismo e da história da escravidão. São monstros que estão ressurgindo travestidos de novas formas de racismo, discriminação e xenofobia. Estes elementos culturais auxiliados pelas tecnologias da informação produzem discursos e sentidos que legitimam a intolerância e as práticas sociais de exclusão e estas vão atingindo os demais grupos que consideramos inferiores a nós.

Do ponto de vista dominante, o significado global indica que as tecnologias, os instrumentos e as informações não são mais reféns de uma única sociedade, de uma cultura específica, mas pertence a todos. Essa afirmação se torna ilusória, quando observamos que um número gigantesco de pessoas no mundo inteiro tem sido apartado da sua própria cultura, banido do seu próprio "habitat", destituído de seus direitos de participação nas decisões e interceptado no acesso aos bens econômicos e sociais.

É pertinente a observação de Touraine (1999, p. 10-11), quando diz que "vivemos juntos apenas à medida que fazemos os mesmos gestos e utilizamos os mesmos objetos, mas somos estranhos nessa unidade globalizada, porque não somos capazes de falar a mesma língua, não somos capazes de nos

comunicar”, não somos capazes de nos sentir, de nos tocar. Touraine parece reforçar essa ruptura, quando assim se expressa:

“É verdade que vivemos um pouco juntos em todo o planeta, mas é igualmente verdadeiro que por toda parte se reforçam, se multiplicam os grupos de identidade, as associações, baseadas na pertença comum, as seitas, os cultos e os nacionalismos; as sociedades voltam a ser comunidades reunindo, estreitamente, num mesmo território, a sociedade, a cultura e o poder sob uma autoridade religiosa, cultural, étnica ou política. [Entretanto], quando estamos todos juntos, não temos nada em comum; e quando partilhamos crenças e uma história, rejeitamos os que são diferentes de nós”partilhamos crenças e uma história, rejeitamos os que são diferentes de nós “.

Essa ruptura que submete as pessoas à mais vil condição humana converge, também, para a constituição de interesses comuns, identidades múltiplas e formação de tribos ou pequenos guetos que culminam com a ruptura social. Essa forma de convivência cultural e de sentimento de pertença também pode levar à recusa de outros grupos que se sentem ameaçados, criando, assim, uma forma de isolamento e temor àqueles que não fazem parte do grupo a que pertencemos.

2. A re(criação) dos monstros na sociedade globalizada

A atitude perversa de olhar o outro como estranho cria e recria certas identidades e banalidades raciais que distinguem e separam de nós quem nos parece diferente, a partir de um padrão ideológico dominante europeu ou americano aparentemente purificado. E, com essa amostra, (re)criamos os monstros nas diferentes formas de racismos. Estes monstros fertilizam óvulos, os quais se transformam em embriões, germinam, crescem, amadurecem e se reproduzem em suas múltiplas formas de inserção social. Os monstros surgem numa encruzilhada e se corporificam numa cultura marcada pelas relações de poder, de uma época, de um sentimento de superioridade, de uma identidade que legitima e racionaliza uma certa visão de mundo que submete o outro à dominação.

É verdade que o racismo, hoje, não se revela mais na cor da senzala, na chibata do feitor, na ideologia primitiva da escravidão, mas reaparece com uma pele ou pêlo ligeiramente diferente em outro lugar, reproduzindo-se a partir de novas condições de produção. O racismo não se instaura, apenas,

como uma prática exercida por indivíduos isolados, mas também se institucionaliza constituindo grupos extremistas que desejam se livrar dos cidadãos e cidadãs considerados nocivos à sociedade. Temos como exemplos, a xenofobia exacerbada e a guerra cultural estabelecida em alguns contextos sociais, políticos e culturais que estimulam o ódio racial na autodenominada pós-modernidade.

Mas o que é o racismo? Do ponto de vista amplo, o racismo pode ser concebido como uma doutrina que afirma a superioridade de uma raça que se distingue pelo poder de dominar outra raça, caracterizando-se não só pela valorização, generalizada e definitiva, de diferenças biológicas, reais ou imaginárias, mas também pelas diferenças de ordem econômica, política, lingüística, moral e comportamental.

Essa prática desumana é visível nas argumentações presentes no texto intitulado “Imigração não-branca: sentença de morte para a América”, no qual o americano William L. Peirce utiliza a rede mundial de computadores para fornecer aos cibernautas ou usuários da internet uma dose cavalariça de racismo, quando assim se expressa: “Hoje nós vamos dar uma olhada no futuro – uma olhada no que o futuro será se nós permanecermos expectadores e simplesmente deixarmos continuar o presente curso de eventos (...) Durante os 50 anos desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a América do Norte tem se tornado menos e menos branca (...) A maioria dessas raças não-brancas se reproduzem muito mais rapidamente do que os brancos [...] Você sabe e eu sei que a situação do crime somente pode se tornar pior no futuro, se não por outra razão do que o número de negros e outras minorias vai continuar crescendo.”

A discriminação racial, que estigmatiza o diferente e assume uma atitude de intolerância e de rejeição ao outro, não ocorre só nos Estados Unidos e na África do Sul, mas, no final deste século, se intensifica, violentamente, em países como a França, Alemanha, Áustria, Rússia e Espanha, cujas vítimas são os mulçumanos, turcos, gregos, norte-africanos, latinos, ciganos etc. Uma das medidas de intolerância gerada pela sociedade americana é a legitimação de uma “guerra cultural” contra os imigrantes, que se concretiza através da criação e da existência de uma linguagem codificada para exercer duas funções: acobertar o racismo e perpetuar a ruptura e a desvalorização das identidades étnicas e raciais que, na visão dos brancos, contaminam a sociedade, tomam o emprego dos brancos e torna o País escurecido.

No Brasil, as diferentes formas de racismos atingem, principalmente, negros e nordestinos. A grande barreira racial não se manifesta só pela cor da pele, mas acentua-se nas diferenças sociais. A pobreza e a fome são as cores que pintam o pacote da discriminação. Contudo, é possível dizer, com muito cuidado, que, em alguns estados do Nordeste, essa diferença social manifesta-se de forma velada, já que uma grande parte da cultura carrega uma forte pigmentação negra.

Esta pigmentação parece dar suporte à ascensão social dos negros com uma tênue abertura para o novo e a absorção da diversidade que envolve o sincretismo religioso, (Sorji, 2000) ou seja, tanto na dimensão estética como na dimensão religiosa, é a pigmentação que dá a cor e o tom mais forte. Aqui em Salvador, por exemplo, os negros, gradativamente, vão ocupando os seus espaços. São os negros, em grande parte, que fazem a festa da cidade, fazem sucesso, recriam a cultura. Mas, por outro lado, sabemos que um negro apenas será aceito socialmente se tiver inserido numa situação financeira favorável, mesmo assim, dificilmente ocupará um cargo de grande relevância política e social no contexto da sociedade brasileira.

A situação social dos negros no Brasil, a história deformada, o lado sofrido, paulatinamente, vêm mudando, seja pelo trabalho de conscientização, seja pela valorização da cultura negra, mas ainda é pouco o que tem sido feito. As informações veiculadas pelas tecnologias (imprensa falada e escrita e televisionada) por muito tempo reproduziram uma ideologia que naturalizou o estereótipo e o preconceito racial. Na literatura, os negros são desqualificados como seres humanos, destituídos de sua cidadania e apresentados como personagens incorporados a adjetivos pejorativos. Nesse sentido, já avançamos um pouco, pois é possível encontrarmos uma tímida disposição dos órgãos educativos que intenciona mudar os conteúdos dos livros didáticos e da literatura em geral que cristaliza nos negros o sentimento de inferioridade. Há uma produção razoável de pesquisas que procuram mostrar uma quantidade de negros bem sucedidos do ponto de vista socioeconômico e intelectualmente preparados.

A mídia, também, como uma tecnologia formadora de cultura, imagens, representações e opinião pública age sobre o mundo, sobre os grupos sociais conferindo um certo tipo de dominação na medida em que veicula as informações que devemos absorver e as que devemos repudiar, na medida que revela quem somos e quem devemos ser, ou seja, aponta as possibilidades de sairmos do lugar em que estamos para onde devemos ir.

Ao divulgar e enfatizar a cultura negra e suas tradições (música, teatro, cinema etc), a tecnologia midiática contribui de uma certa forma para desmistificar a idéia de que o exemplo de inteligência e de sucesso recai sempre nos valores da cultura dominante. Entretanto, as informações não estão isentas de uma interação do expectador com o meio tecnológico para exercitar criticamente as habilidades da análise semiótica (sentidos), da análise dos discursos, da desconstrução dos significados sociais e culturais, do contradiscurso e da “contraleitura crítica”.

O desenvolvimento das tecnologias da informação, se por um lado, contribui para combater o racismo, por outro lado, age para reforçar as diversas formas de manifestação deste fenômeno que incluem a xenofobia, o preconceito e a discriminação. Por meio dos sites da internet e do alto poder de interatividade, o discurso racista alonga-se cada vez mais, mediado por uma comunicação que se processa no nível de imagens e textos. Essa ação comunicativa atrai mentes ingênuas e desatentas que são alimentadas pelos “experts” de redes com vistas a aliciar adeptos capazes de multiplicar os óvulos da monstruosidade que estruturam e organizam as informações circulantes nos ambientes virtuais.

3. Tecnologias de informação e ciberespaço como potência no combate ao racismo

A década de 40 - marco da Segunda Guerra Mundial - aponta as grandes descobertas tecnológicas em eletrônica. Mas é só entre meados de 70 e 90 que as novas tecnologias da informação difundiram-se, amplamente, acelerando seu desenvolvimento sinérgico e convergindo em um novo paradigma, por meio de uma lógica que tenciona a aplicação imediata no próprio desenvolvimento da tecnologia gerada, conectando o mundo através da tecnologia da informação.

O paradigma tecnológico é caracterizado pela informação como sua matéria-prima aglutinando tecnologias para agir sobre a informação que é parte integral de toda a atividade humana, todos os processos de nossa existência individual e coletiva, diretamente moldados pelo novo meio tecnológico (Castells, 1999, p 78). Inclui uma lógica da rede implementada em todos os tipos de processos e organizações que se caracteriza pela penetrabilidade e flexibilidade, onde os processos são reversíveis, as organizações são modificadas e alteradas pela reorganização dos seus componentes.

As tecnologias da informação envolvem computadores, sujeitos e informações num ciberespaço e torna possível a existência da comunidade virtual e a formação de uma cibercultura, que pode aumentar ou reprimir consideravelmente as manifestações do racismo. A linguagem eletrônica produz discursos racistas que reforçam o incremento das desigualdades culturais e sociais, instituindo relações de poder mobilizadas pela ideologia branca para distorcer e falsear as realidades. Esses discursos revelam uma forma de uma violência que fere o indivíduo singular e coletivo e perverte os princípios democráticos de uma sociedade.

Retomando a questão inicial, talvez, a nosso ver, a relação entre tecnologia e racismo torna-se mais coerentemente formulada nos seguintes termos: Na atual sociedade, como as tecnologias da informação podem contribuir para combater o racismo e as discriminações que impedem ou entravam o desenvolvimento cultural, social e econômico de determinados grupos sociais? Sem dúvida, estamos navegando na torrente da informação, isto é, estamos navegando num ciberespaço em que as tecnologias da informação penetram em todos os lugares, trazendo enormes possibilidades para construção de um mundo mais humanizado. designadas como um conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (software, hardware), telecomunicações/radiofusão, optoeletrônica e engenharia genética

Em seu ensaio “Ética e poder na sociedade de informação”, Dupas (2000, p. 82) caracteriza as novas tecnologias da informação como “filhas do desejo que recebe dele sua qualidade de ser complexo e não de um simples instrumento. São parceiras ambíguas e desconcertantes, exceto para quem delas tira seus objetivos de lucro e domínio. Operam com autonomia e podem se perverter, tornarem-se nefastas e agredir o próprio homem”.

Essas tecnologias da informação têm como pano de fundo uma sociedade da informação que revela inúmeras imagens ligadas ao fenômeno da globalização. Essa realidade coloca a informação e o conhecimento no centro de todo processo social redefinindo, inclusive, o papel da ciência e dos valores sociais. O homem que sempre assumiu o posto de senhor e mestre da ciência cedeu o lugar para a ciência reinar, contentando-se simplesmente com o ofício de sumo-sacerdote. Não se pergunta mais por que se faz ciência, mas autoriza-se o saber-fazer ciência e legitima-se sua utilidade, coroa-se a técnica. E “a sociedade aceita que a técnica se imponha como dotada de um poder

próprio, difuso, transnacional, controlado – para o bem e para o mal – pelas grandes empresas que a construíram e a exploram.” (Dupas, 2000).

As tecnologias da informação parecem apontar para uma mudança radical em praticamente qualquer campo do conhecimento. As conexões da informática com as telecomunicações prenunciam um novo mundo, onde a chave da prosperidade para alguns e modos de vida qualitativamente diferente estarão na aprendizagem dos processos de manipulação, transmissão, armazenamento e obtenção da informação (Lyon, 1996).

Para Lyon, há um discurso profético enredando a presença das novas tecnologias da informação que envolve computadores e telecomunicações, predizendo que os velhos conceitos de instituição social e de estilo de vida estão sendo desconstruídos. Essas mudanças são visíveis em nosso cotidiano, em que podemos observar que as várias tarefas rotineiras e cansativas são realizadas pelos meios eletrônicos de mudanças. Os padrões de trabalho de vida familiar, os tempos livres, os divertimentos e o modo como nos reconhecemos como seres humanos estão sujeitos a essas alterações resultantes da difusão social das novas tecnologias.

Na visão de Castells (1999), o que caracteriza a sociedade da informação é “a aplicação dos conhecimentos produzidos e de dispositivos de processamento/comunicação em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e o uso” e a integração em rede digitalizada de múltiplos modos de comunicação com uma capacidade de inclusão/exclusão e abrangência de todas as formas de expressões culturais.

Mas quem está incluído/excluído na sociedade de informação? Falar em sociedade de informação implica conceber a universalização da informação, significa a possibilidade de toda a humanidade ter acesso à informação, sem distinção de raça, etnia, língua e classe. Como podemos falar em sociedade da informação quando o formato da atual sociedade apresenta uma dualidade estrutural em que percebemos, de um lado, a existência de uma pequena parcela da população que se beneficia do consumo dos produtos mercadológicos oferecidos e, do outro lado, há um contingente que é colocado à margem dela.

Kenway (1998, p. 117) mostra-se desiludida quanto ao acesso de todos à informação, quando diz que “é improvável que os grupos pobres cheguem, em futuro próximo, a ter qualquer acesso a computador [...] porque a revolução da

informação só pode cumprir sua promessa relativamente a uns poucos afortunados”. Essa preocupação é similar ao pensamento de Castells, ao constatar que muitos países estão excluídos da sociedade de informação, pois as tecnologias estão ligadas aos interesses do capital financeiro e o mercado global e não às políticas de informação .

A informática e a telemática podem desempenhar um papel crucial na melhoria do ensino, criando novas fontes de conhecimento, viabilizando projetos educativos para o ensino presencial, mas à medida em que privilegia a uma pequena parte da população, tende a aprofundar as diferenças e a restringir ainda mais as oportunidades para aqueles que dispõem de menor renda. Daí o risco da exclusão social, também, do chamado “apartheid digital”, quer dizer, cria um enorme fosso entre a minoria plugada e uma grande massa, sem-internet, sem-tela, desvirtualizada.

4. Negros e internet no Brasil

A idéia de que um número considerável de negros, na sociedade brasileira, concentra-se nos setores mais desfavorecidos da população e são discriminados no mercado de trabalho, parece-nos clara. Essa manifestação de racismo colabora para o entendimento de que diferenças de rendimento e oportunidades em relação a outros grupos sociais são entraves para o consumo de bens e serviços oferecidos, não só pelo mercado, mas pelo Estado que tem o dever de assegurá-los, a todos, incondicionalmente.

O acesso à educação e qualidade de vida como pilares da performance intelectual do cidadão é restrito. O que dizer, então, do acesso à informação e ao conhecimento mediado pelas novas tecnologias, quando a luta de forças e os projetos em construção expõem suas restrições econômicas e materiais que limitam a participação igual para todos os cidadãos?

Os negros no Brasil são confrontados pelos desafios da sociedade de informação ou do conhecimento, com suas tecnologias de informação responsáveis pela formação de novas linguagens e, conseqüentemente, das imagens, das representações, das subjetividades e das identidades. Essa “sensibilidade tecnológica” sugere que coloquemos as conexões entre tecnologia e sociedade. As opiniões sobre os efeitos das tecnologias na sociedade se dividem: por um lado, há os que pensam que as tecnologias são maléficas, por ocuparem o espaço humano e, por outro, há aqueles que reconhecem os benefícios específicos das tecnologias da informação.

Um ponto desfavorável a considerar é que o volume excessivo de informações que circulam na rede confere aos usuários uma modalidade de discurso que, muitas vezes, foge dos princípios éticos e de respeito à existência humana. Estas informações precisam ser filtradas, estabelecendo-se outros canais de informação que viabilizem a criação ou recriação de valores novos capazes de rearticular e de reequilibrar as relações entre tolerância e diferença (Bernard, 1994).

O estudioso Lévy (1999) vê as tecnologias digitais com bastante otimismo. Ele sugere que sejamos abertos e receptivos e capazes de reconhecermos as mudanças qualitativas que essas tecnologias podem oferecer. É nessa face positiva da tecnologia que os segmentos marginalizados podem exercer seus micropoderes no sentido foucaultiano, verbalizar seus discursos e desenvolver ações combativas ao racismo e às discriminações. Dessa forma, os negros podem aproveitar a abertura de um novo espaço de comunicação, desenvolvendo suas potencialidades na perspectiva de tomarem posse dos bens que envolvem o econômico, o político, o cultural e o humano, pois “as tecnologias são produtos de uma sociedade e de uma cultura”.

No contexto da globalização, o grande paradoxo que se coloca é o fato de que nem todos têm acesso à internet. Contudo, essa ausência não deve nos impedir de contemplar as “implicações culturais da cibercultura”. Essa discussão do ciberespaço vai longe, pois enquanto suporte da inteligência coletiva, é uma das principais condições do seu desenvolvimento. Para Lévy, um dos seus principais efeitos das tecnologias da informação “é o de acelerar cada vez mais o ritmo da alteração tecno-social, o que torna ainda mais necessária a participação ativa na cibercultura, se não quisermos ficar para trás, e tende a excluir, de maneira mais radical ainda, aqueles que não entrarem no ciclo positivo da alteração, de sua compreensão e a da apropriação”.

A entrada na era do conhecimento implica reconhecer e valorizar o outro em sua inteligência, caso contrário, intensifica a recusa da identidade social e alimenta o ressentimento, a hostilidade, a humilhação e a frustração, gerando, assim, a violência (Lévy, 1999).

O maior desafio que se coloca para os negros não é a recusa à tecnologia da informação, mas a integração no espaço virtual, aproveitando os recursos tecnológicos de uma forma positiva e procurando desenvolver uma atitude

favorável em relação à tecnologia para combater o racismo. Participar da sociedade de informação significa penetrar velozmente numa via na qual as pessoas se tornam membros de uma gama de comunidades não enraizadas, tornando-se produtoras e distribuidoras de seus próprios produtos culturais.

Navegar na internet significa entrar em sintonia com os sites para acessar links, sessões de bate papo, grupos de discussão em rede, revistas e boletins, bases de dados multimídia, realidade virtual, serviços de compra e venda, etc. Também é um espaço para as pessoas estabelecerem um contradiscurso que ajude a neutralizar a força do discurso ideológico que vem consolidando significados negativos na compreensão das diferenças raciais e culturais. A internet não apenas significa o acesso a uma maior e melhor informação e interatividade, mas também pode fragmentar as identidades de um povo e reforçar tendências destrutivas.

Os negros precisam estar inseridos na sociedade em rede, utilizando as tecnologias da informação para construir o espaço do saber, recusando os estereótipos, clichês e discriminações que constituem o discurso racista e cristalizam a idéia de que todo negro é intelectualmente inculto. Uma das estratégias para a construção desse espaço, no nosso entender, é a posse das novas tecnologias, especialmente, a internet. Na opinião de Lévy, o espaço do saber aglutina a inteligência, o saber coletivo, ou seja, a interação entre as múltiplas competências.

Fazendo referência aos discursos emancipatórios, Gore (1994) chama a atenção para o perigo dos argumentos que cercam alguns discursos que oferecem em suas propostas elementos para efetivar a mudança social. É preciso ter cuidado com os discursos que se dizem críticos porque eles podem estar carregados de conteúdo discriminatório. Os discursos produzidos pela cultura dominante são perigosos porque se apresentam para seus agentes como “regimes de verdades”. Contudo, as relações de poder que impõem discursos como verdadeiros, não ocorrem, sem que apontem também para a transformação, a resistência e a crítica.

Sobre isto o filósofo francês, Michel Foucault, alerta-nos no sentido de que “não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes [...]. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo,

instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder: reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo (citado por Gore, 1994).

5. Estratégias para construção de um contradiscurso como ação dos sujeitos sociais sobre a ação discriminatória

5.1 O reconhecimento de que os homens são iguais e diferentes.

Essa estratégia exige a compreensão de que a pluralidade humana carrega um duplo aspecto da igualdade e diferença. Um aspecto é o sentimento de igualdade que faz com que os indivíduos compreendam a si e comuniquem suas necessidades ao outro. O outro aspecto é que os indivíduos são diferentes, e essa diferença faz com que se comuniquem, através da ação e do discurso. Ser diferente não equivale a ser outro, pois a vida orgânica exhibe variações e diferenças, inclusive entre os indivíduos da mesma espécie, mas só o homem é capaz de exprimir essa diferença para comunicar a si próprio e comunicar ao outro (Arendt, 2000).

5.2 O reconhecimento da existência do racismo como relações de poder que atravessa as nossas relações sociais.

Todos nós somos racistas. Se estivermos mais conscientes das diferentes formas de manifestação que o racismo adota, será mais fácil percebê-lo no nosso cotidiano, no contato que mantemos com o outro. O racismo é algo potencial em todas as relações sociais e pode ser desencadeado desde que dois seres humanos estejam presentes; não é algo de fora, mas atravessa todas as relações (Neves, s/d).

Dentro da perspectiva foucaultiana, os racismos são relações de poder que não ocorrem simplesmente no âmbito do Estado, mas também desenvolvem seus tentáculos nas relações minúsculas e assimétricas, nas diversas situações corriqueiras, nas diferentes fobias. No pensamento de Foucault, a questão do racismo é própria da natureza do discurso e da prática do Estado Moderno nas sociedades ocidentalizadas. O aparelho estatal manifesta sua ação racista quando insiste em privilegiar alguns grupos e não outros, quando legitima a desigualdade social.

Para Foucault, o racismo é, primeiramente, como algo que prolifera secularmente, que se enrosca na engrenagem estatal e toma como inimigos

não mais os de fora, mas os inimigos de dentro. A partir da qualificação de umas raças como boas e outras como inferiores, o racismo, na visão de Foucault, é o modo em que o poder decide quem deve viver e quem deve morrer, ou seja, é o modo de produzir o desequilíbrio entre os grupos de uma população. Na primeira direção foucaultiana, o racismo acentua as diferenças, exerce a violência, e mutila, socialmente, o cidadão. Esse raciocínio Neves torna mais nítido, quando diz: O racismo está presente no poder do Estado Moderno “como uma espécie de amnésia coletiva” que esquece da natureza violenta e das memórias das lutas que o originaram.

Para Foucault, as primeiras funções do racismo são fragmentação, controle, gestão; introdução de rupturas. A segunda função do racismo é o de permitir estabelecer uma relação positiva do seguinte tipo: “Quanto mais mates, faças morrer, deixes morrer, tanto mais, por isso mesmo, viverás. Nesse caso, a morte do outro, da raça má (do negro, do índio etc) representa a minha segurança pessoal. Como diz Neves, o Estado cria uma noção de perigosidade que passa do virtual ao real no sistema de ameaças. Então, o colonizado, o louco, o criminoso, o degenerado, o perverso, a criança, a mulher, o homossexual, o judeu e o negro aparecem como os novos inimigos da sociedade. Nesse caso, a diferença é o inimigo do Estado; é a diferença que causa o mal-estar, que leva o poder a “temer, invejar, excluir o outro, a desmerecer e até a agredir a diferença”.

Na sociedade de informação, a saúde social do grupo privilegiado depende da “morte simbólica que se dá tanto pela integração dos excluídos com a fragmentação de identidades como da marginalização de uma categoria social como vem ocorrendo com os latino-americanos, os negros e os nordestinos no sul do País”. A cidadania passa pelo controle do corpo social, estabelecendo nova forma de poder: o bio-poder.

No Brasil, os inimigos de dentro, que enfeiam a nação, são os cidadãos pagadores de seus impostos que ajudaram a construir a mega-economia paulista, são os candangos que estão pagando as contas dos colarinhos brancos. Os inimigos da nação não são aqueles que tomam champanhe e comem caviar nem os que sentenciam o destino do País com a caneta Mont Blanc, mas são milhares de órfãos que se engalfinham, cotidianamente, para sobejar o pão mofado que cai da mesa do rei e de seus súditos. Os inimigos do rei são aqueles que respondem pelos crimes do roubo de galinhas, porque a expansão das liberdades apenas é necessária para manter em liberdade Alibabá e os quarenta ladrões.

Em conferência recente, na UFPB, o sociólogo francês Maffesoli nos ofereceu o conceito de “invaginação” de sentidos que permite, em nosso entender, retomar o racismo como um processo que se origina de uma relação, enraíza-se nas entranhas e arreventa-se em múltiplos focos, os quais promovem o assassinato social de milhões de pessoas, convertendo o homem em objeto não de estimação, mas unicamente de exclusão.

Para o mundo externo, digitaliza-se uma “superinformação” recheada de imagens fantasmagóricas, produzindo-se uma encenação virtualizada, na qual a aparência não corresponde à essência. Enquanto isto, as imagens de discriminação, preconceito e xenofobia submergem nas “zonas de informação-ficção.” (Morin, 1986),

5.3 A conscientização de que o racismo age, sutilmente, constitui um dever, não só dos movimentos sociais, mas de toda a sociedade que, muitas vezes, na ação e no discurso, fragmenta os homens, destituindo-os da condição de sujeitos.

Os homens não são apenas diferentes, mas são capazes de, a partir da ação e do discurso, manifestarem uns aos outros, recusando a posição de ser coisa ou mercadoria, objeto, para se colocarem como homens. Essa condição requer que tomemos iniciativa, que exerçamos uma ação e um discurso, pois, sem estes, “a vida é literalmente morta, deixa de ser uma vida humana, uma vez que já não é vivida entre os homens”. É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano. Esta inserção pode ser estimulada pela presença do homem em “cuja companhia desejamos estar”(Arendt, 2000).

Nesse caso, é fundamental que se estabeleça um contradiscurso, pois sem ele a ação perde o seu caráter de ação. A ação e o discurso que a identifica precisa apoiar-se numa concepção de desenvolvimento que tenha como fundamento a liberdade. Essa idéia tem a ver com o pensamento do indiano Amartya Sen (2000) para quem a liberdade não se identifica simplesmente como o desenvolvimento econômico que é fundamental para um certo conforto e qualidade de vida na sociedade. Contudo, é possível alargar essa percepção de desenvolvimento das liberdades para os direitos sociais, porque o desenvolvimento da economia global tem de estar relacionado sobretudo com a melhoria de vida de todos os cidadãos.

A expansão da liberdade permite tornar nossa vida mais rica e mais desimpedida, como também contribui para que sejamos “seres sociais mais completos, pondo em práticas nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo” na relação que mantemos com o outro. A liberdade “não pode ser exercida solitariamente” porque, sendo uma aprendizagem, só acontece na relação com o outro. É nessa relação que encontramos a possibilidade de luta, de recusa a quem nos ameaça, de nos apossarmos das palavras para “enriquecer o nosso espírito”, valorizando-nos como sujeitos que desejam enriquecer o outro.

5.4 A recusa como um elemento de poder dos intelectuais negros no combate ao racismo no Brasil

Que papel o intelectual negro pode desempenhar no combate ao racismo? Que contradiscurso precisa construir no ciberespaço? Que arma deve utilizar?

Combater o monstro com uma arma suave é uma tarefa que requer a mobilização de todos os intelectuais negros brasileiros, que atuam na docência, no sentido de reverter certos parâmetros de valorização do sujeito que uma minoria hegemônica, historicamente, vem impondo a certos grupos sociais.

O papel do intelectual na sociedade é o de fornecer instrumentos de análise para o combate ao racismo, tendo do “presente uma percepção densa, de longo alcance, que permita localizar onde estão os pontos frágeis, onde estão os pontos fortes, a que estão ligados os poderes (...) onde eles se implantaram, para fazer um sumário topográfico e geológico da batalha”. Foucault reconhece, também, que “cabe aos militantes encontrar o projeto, as táticas, o alvo de que necessitam”, para recusar as práticas racistas que os circunscrevem (Foucault, 1979, p. 151).

Do nosso ponto de vista, o intelectual negro precisa exercer seus micropoderes no sentido de não só transitar nos movimentos sociais para conhecer seus principais problemas e reivindicações, mas penetrar em outras instâncias para combater o monstro na “essência de sua vitalidade”, isto é, no útero que o gera.

Podemos dizer que um ato mobilizador do intelectual no combate ao racismo “é decerto a recusa de um estado de coisas que não satisfaz. Uma recusa que incita sonhar com outra coisa (Sfez, 1995), mesmo sabendo que a “tolerância racial que permite a convivência com o diferente, termina, quando se podem

eliminar ou reprimir os traços intolerantes os quais caracterizam o diferente (Macedo e Bartomele, 2000).

Um outro ato positivo do intelectual é a inscrição na categoria dos dissidentes, engrossando a fileira daqueles que lutam por um projeto de dignidade e continuando a luta dos que foram cruelmente abatidos na tentativa de tornar a sociedade mais justa e humana. O intelectual negro tem o dever de ocupar um lugar nas forças de oposição ao racismo, para reelaborar a categoria cidadão manchada pela legislação dominante, a qual vem se tornando intolerável e que faz aumentar o número dos excluídos. A condição do intelectual dissidente aumenta a chance de promover o discurso anti-racista, através dos micropoderes, “quando o intolerável já não é somente uma injustiça suprema, mas o estado permanente de uma banalidade cotidiana”.

Essa compreensão de luta, na ação e no discurso do intelectual, é forte na linguagem foucaultiana, quando acentua a necessidade de se designarem os focos do poder dos racismos e denunciá-los. Combater o racismo “publicamente é uma luta”. Precisamos ter consciência disto, “falar a esse respeito – forçar a rede institucional, nomear, dizer quem fez, o que fez, designar o alvo” Esta é uma primeira inversão do poder, ou seja, o primeiro passo para outras lutas contra o poder”. Foucault diz que “é contra o poder que se luta, contra “todos aqueles sobre quem o poder se exerce como abuso, todos aqueles que o reconhecem como intolerável, podem começar a luta onde se encontram e a partir de sua atividade” própria (Foucault, 1989, p. 76-77).

Ao dizermos isto, não nos reportamos a um discurso anti-racista que produz efeito idêntico ao discurso ao qual se opõe. A nossa fala está impregnada de um discurso que tem como núcleo a recusa a qualquer tipo de discriminação e preconceito. na perspectiva do reconhecimento da igualdade de direito entre brancos e negros, igualdade como “valor supremo de uma convivência ordenada, feliz e civilizada” (Bobbio, 1997), respeitando-se as particularidades de cada grupo social. Fica claro que a nossa compreensão de discurso se afasta de posições extremistas, as quais reivindicam “uma maior integração na sociedade” e o “recebimento de compensações,” utilizando-se das mesmas armas dos grupos que nos constroem e nos relegam a posições inferiores nas diferentes instâncias da sociedade.

Por intermédio dos mundos virtuais , os intelectuais negros, como sujeitos de transformação nas diversas áreas do conhecimento, e a partir da virtualização da inteligência, podem construir um pensamento contínuo, trocar informações,

pensar junto com os pares e colocar em comum suas memórias e projetos coletivos. Os intelectuais negros interconectados podem desenvolver um projeto social na rede que leve em consideração as múltiplas formas de recusa à configuração racista. Recusar as narrativas que nos descrevem, recusar os sentidos produzidos sobre quem somos, recusar a identidade através da qual somos reconhecidos, implica “denúncia, protesto, explicitação de conflitos, oposições organizadas, cooperação, parcerias para resolução de problemas, ações de solidariedade” (Warren-Scherrer, 1999), orientação para a construção de novas identidades sociais coerentes com uma sociedade mais humana.

Foucault nos ajuda a dizer que a construção desse discurso coloca para os intelectuais negros uma tarefa fundamental: “lutar bravamente para não sucumbir, apesar de todos os ataques [racistas] que tratam de destruir sua viagem”. Entretanto, é Warren-Scherrer quem melhor refaz o “design” do intelectual como sujeito social envolvido numa relação de responsabilidade e de autocriatividade positiva, não destrutiva, que se estabelece com ele próprio e a sociedade, tornando-se um “sujeito-no-mundo” ou do “cidadão-no-mundo.”

A internet é o oceano das grandes navegações que está a exigir não só uma nova formação do homem, um perfil de cibernauta, mas se oferece como um espaço social para que os intelectuais possam gerar, interagir e disseminar a informação, compreendendo a sociedade tecnologizada em que se encontra.

Embora saibamos que, no Brasil, é “difícil remediar o mal político sem estar pessoalmente no poder, resta a posse da [internet como mais um] meio de mostrar, de fazer ver, como as coisas poderiam se arranjar se alguém tivesse o trabalho de refletir ” (Sfez, 1995) sobre os efeitos perversos que o racismo produz.

A internet possibilita a produção da informação e o desenvolvimento de uma ação “no sentido de impedir o racismo, obter compensação e correção dos efeitos da discriminação”. A nosso ver, a internet é um meio que permite aos intelectuais negros reforçarem a criação do que vem sendo chamado de movimento afirmativo no Brasil, a fim de que possam desencadear uma luta através da produção do conhecimento, da leitura crítica das mensagens e da interação no ciberespaço sensibilizando aqueles que preferem assumir a identidade e valorizar a tradição negra, com a discriminação dos brancos, e com o próprio isolamento.

Qual o melhor forma de utilizarmos as tecnologias da informação? Rastreado, novamente, o pensamento de Lèvy, diríamos que permitir que “os seres humanos conjuguem suas imaginações e inteligências a serviço do desenvolvimento e da emancipação das pessoas é o melhor uso possível das tecnologias digitais” (1999, p. 208). Isso significa universalizar a informação e o conhecimento.

Nessa consideração das novas tecnologias, a sala de aula passa a ocupar, hoje, um lugar central para exercício do poder docente na desconstrução das identidades mal elaboradas e generalizantes que se prolongam na desqualificação dos sujeitos do conhecimento. O objetivo da educação, num contexto de globalização, é sensibilizar-nos como educadores e educadoras que somos, para repensarmos e modificarmos a “nós mesmos, nossos pensamentos e nossos comportamentos”, diante das identidades propostas ou impostas sobre nós, as quais nos sujeitam, através de práticas racistas ou tecnologias de controle responsáveis pela divisão dos membros de um grupo.

O papel do educador (intelectual) negro é questionar firmemente os discursos que se resumem na “consumação dos objetos, das pessoas” (Maffesoli, 2000) e da cidadania. Seu contradiscurso na escola precisa tornar-se num esforço para formar cidadãos e cidadãs que sejam não apenas capazes de sobreviver no seio dos monstros, mas que estejam abertos à “possibilidade de mudarem a si próprios ou de serem mudados” (Maclaren, 1998), conhecendo e convivendo com o outro, a partir de uma percepção crítica que faz a diferença. Combater o monstro que atormenta a nossa condição de negro é um ato educativo. Significa nos apossarmos não só da informação e do conhecimento que ocorre através da escrita e da oralização, mas também interagir com o meio eletrônico como uma arma suave, penetrante e vantajosa que poderá ser detonada para fragilizar os mecanismos de exclusão das práticas dominantes que impedem que as instâncias formais e informais cumpram o papel de educar, socializar, informar, produzir e formar os cidadãos internectados e críticos.

Bibliografia

- ARENDT, Hannad. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2000.
- BRAGGIO, Roberto. O risco da exclusão digital. http://www.cdi.org.br/inst/port/midia_010800.htm.

- BOBBIO, Norberto. Igualdade e liberdade. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. v. I, São Paulo:Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. v. II, São Paulo:Paz e Terra, 1999.
- CASHMORE, Ellis. Dicionário de relações étnicas e raciais. São Paulo: Summus, 2000.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique. As estratégias de combate ao racismo, movimentos negros na escola, na universidade e no pensamento brasileiro. In: MUNANGA, Kabengale (Org.). Estratégias e políticas de combate à discriminação. São Paulo:Estação ciência/Edusp,
- CUNHA JÚNIOR, Henrique.Racismos no Brasil. Folha de São Paulo, São Paulo, 28 de jul 1995. p. 1-3.
- DEIFUSS, René Armand. A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios, Petrópolis: Vozes, 1996.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleções tópicos).
- GADOTTI, Moacir. Terra à vista. In: GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Terra. São Paulo: Peirópolis, 2000. (Série Brasil cidadão).
- GRISPUN, Mirian P.S. Zippin (Org.) Educação tecnológica In: GRISPUN, Mirian P.S, S. São Paulo:Cortez, 1999.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio e HUNTLEY, Lyin. Tirando a máscara: Ensaio sobre racismos no Brasil. São Paulo:Paz e Terra, 2000.
- GRUPO CONTRAPSICOLÓGICO “ESQUICIE”. Imagens de alteridade ou a necessidade de relacionar-se com o outro. In: LARROSA, Jorge e LARA, Nuria de Pérez (Org). Imagens do outro. Petrópolis:Vozes, 1998.
- LIMA, Costa Ivan e SILVEIRA, Jeruse Romão (org.). Os negros e a escola brasileira, n. 6, Núcleo brasileira.Florianópolis, n 6, Núcleo de Estudos Negros/ NEM, 1999. (Série Pensamento).
- KENWAY, Jane. Educando cibercidadãos interligados e críticos. In: SILVA, Luiz Heron da. A escola cidadã no contexto da globalização (Org.). Petrópolis:Vozes, 1998.
- LÉVY, Pierre. Cibercultura. Rio de Janeiro: Ed 34, 1993. coleção Trans).
- LÉVY, Pierre.A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo:Loyola, 1998.

- LYON, David. A sociedade da informação – questões e ilusões. Oeiras: Celta Editora, 1998.
- MACLAREN, Peter. Multiculturalismo Crítico. São Paulo: Cortez, 1999.
- MACEDO, Donaldo e BARTOLOME, Lilia. O racismo na globalização. In:IMBÈRNÓN, Francisco. A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato. 2 ed., Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000, p.97-117.
- MAFFESOLI, Michel. Conferência realizada na Universidade Federal da Paraíba em 23 de outubro de 2000.
- MUNANGA, Kabengele Entrevista de Kabengele Munanga. Racismo: esta luta é de todos. Raça Brasil, São Paulo, n. 50, p. 13-15, out. 2000.
- NEVES, José P. Acerca do racismo. Texto digitalizado, p. 1-5, 1999.
- PARENTE, André. O virtual e o hipertextual, Rio de Janeiro: Pazulin, 1999.
- PIERCE, L. William. Imigração não branca: Sentença de Morte para a América. Free Speech - May 1995 - Volume I, Number 5.
- SAWAIA, Bader. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da
- Desigualdade.
- SCHAWARTZ, Lilia Moritz e QUEIROZ, Renato da Silva (Orgs). Raça e Diversidade, São Paulo: Estação Ciência: Edusp, 1996.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Pedagogia dos monstros: os prazeres e os perigos da confusão social. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GORE, Jennifer, M. Foucault e educação: fascinantes desafios. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). O sujeito da educação. Petrópolis: Vozes, 1994.
- SORJ, Bernardo. A nova sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- TOURAINÉ, Alain. Poderemos viver juntos? iguais e diferentes. Petrópolis:vozes, 1999.
- WARREN-SCHERRER, Ilse. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização, São Paulo: Hucitec, 1999.
- VALENTE, Ana Lúcia E. F. Ser negro no Brasil hoje. São Paulo: Moderna, 1994